



TRIBUNAL
PE-
284

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Seção Criminal

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0000187-56.2010.8.17.1150 ((0255650-9))
EMBARGANTE : ADMILSON FERREIRA DA SILVA
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
PROCURADORA : ELEONORA DE SOUZA LUNA
ORGÃO JULGADOR : SEÇÃO CRIMINAL

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE. LATROCÍDIO. MATERIALIDADE DELITIVA NÃO QUESTIONADA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS COLHIDAS EM JUÍZO. CONDENAÇÃO MANTIDA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. DECISÃO UNÂNIME.

I- No caso em análise, estando à confissão extrajudicial retratada em juízo, corroborada por outros elementos de provas colhidas na fase instrutória, oferece segurança para a condenação do embargante. É de se manter, portanto, o acórdão embargado que o condenou o acusado nas penas do art. 157, § 3º do CPP.

II- Rejeição dos embargos.

III- Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **Embargos Infringentes e de Nulidade Nº 0000187-56.2010.8.17.1150 (0255650-9)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Sessão Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, **em REJEITAR os presentes embargos**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 3 de julho de 2014

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Seção Criminal

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0255650-9

ORGÃO : SEÇÃO CRIMINAL

JULGADOR

EMBARGANTE : ADMILSON FERREIRA DA SILVA

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO

PROCURADORA : ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATÓRIO

Cuida-se de **Embargos Infringentes e de Nulidade** opostos por **Admilson Ferreira da Silva** com escopo de desconstituir a decisão da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal que, **por maioria de votos**, ao julgar o recurso de apelação interposto pelo Órgão Ministerial, condenou o embargante à pena de 26 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, e multa de 100 dias-multa, pela prática do tipo previsto no art. 157, § 3º, do Código Penal.

Nas razões recusais (fls. 247/253), o embargante aponta a divergência atinente à autoria delitiva, ao argumento de que não poderia ser condenado com base em depoimentos de testemunhas de "ouvir dizer". Puna, ao final, pelo provimento dos presentes Embargos para que prevaleça o voto vencido do Des. Relator ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA, reconhecendo à conclusão do magistrado de 1º grau, que o absolveu por inexistirem provas seguras de sua participação no delito.

O Des. Relator da decisão embargada admitiu os presentes embargos e o feito foi redistribuído, nos termos do art. 166 do Regimento Interno deste TJPE¹.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Procuradora Eleonora de Souza Luna, ofereceu contrarrazões às fls. 264/272, manifestando-se pela rejeição do recurso.

¹ Art. 166 - O relator indeferirá de plano o recurso, se não couber, ou o admitirá para processamento, caso em que os autos serão encaminhados para distribuição a novo relator.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Seção Criminal

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 19 de julho de 2013.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



285

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Seção Criminal

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0255650-9

ORGÃO JULGADOR : SEÇÃO CRIMINAL

EMBARGANTE : ADMILSON FERREIRA DA SILVA

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

PROCURADORA : ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO

Conforme relatado, a divergência restringe-se apenas na alegação de que a prova colhida não é suficiente para embasar o decreto condenatório.

Pois bem.

Segundo a denúncia, na noite do dia 28.09.2008, em um terreno baldio localizado no Loteamento São Gustavo, Município de Pombos/PE, o embargante Admilson Ferreira da Silva, conhecido como "PI", juntamente com Everaldo Amaro dos Santos, vulgo "LOLA", e Willians Manoel da Silva, vulgo "WILE", em comunhão de designios, roubaram pertences e dinheiro da vítima Damião Odilon da Silva e ainda ceifaram a sua vida.

Relata, ainda, a atrial acusatória, que no dia do crime, após a participação em um comício político, os acusados e a vítima, dirigiram-se ao bar "Gatinha Manhosa" para ingerirem bebidas alcoólicas.

Ao saírem daquele estabelecimento comercial, os acusados roubaram a quantia de R\$ 70,00 (setenta reais) da vítima e, para assegurar a impunidade do crime, no terreno baldio acima citado, passaram a espancá-la com socos, chutes e pontapés. Quando a vítima já estava caída no chão e sem qualquer possibilidade de defesa, o embargante e Willians Manoel ainda desferiram golpes de pedradas, levando-a imediatamente a óbito. Por fim, percebendo que a vítima já estava morta, os acusados ainda subtraíram o restante de seus pertences, inclusive a calça que ela vestia.

Examino:



286

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Seção Criminal

Não se discute a materialidade delitiva.

O ponto central da alegada divergência é o voto vencido da lavra do Desembargador Relator Antonio Carlos Alves de Lima, que foi assim proposto:

"(...) No presente caso, como houve a posterior retratação do réu, a confissão prestada perante a autoridade policial se mostra insuficiente para prolação de uma sentença condenatória, mormente porque não há nenhum outro elemento de prova que aponte ter o apelado participado do crime de latrocínio cometido contra Damião Odilon da Silva.

Assim, os elementos probatórios produzidos na fase judicial, sob o crivo do contraditório, se limitam à declaração da testemunha Joelson Manoel Teotônio, atribuindo a autoria ao apelado (...)."

No que diz respeito à autoria, acompanho os fundamentos do voto condutor do Desembargador Revisor Antonio de Melo e Lima, às fls. 199/216, por entender que, no caso concreto, a tese acusatória é corroborada por uma série de elementos produzidos tanto na seara policial quanto em juízo.

Senão vejamos:

O corréu Everaldo Amaro, vulgo "LOLA", na fase inquisitorial (fls. 25/26), confessa a participação no delito e ao mesmo tempo aponta o embargante Admilson Ferreira, vulgo "PI", e Willams Manoel, vulgo "WILE", como os executores dos golpes (socos e pontapés) e das duas pedradas que fulminaram a vítima DAMIÃO ODILON. O acusado Willams Manoel, por sua vez, durante o interrogatório policial (fls. 23/24), não nega que estava com a vítima no bar, todavia, atribui a responsabilidade penal, exclusivamente, a Everaldo e Admilson.

Na fase investigativa (fls. 17), o Embargante Admilson, vulgo "PI", também admitiu sua participação na empreitada criminosa. Entendo que essa confissão está em plena harmonia com o conjunto probatório, pois, não destoa dos depoimentos extrajudiciais dos outros dois acusados, e foi confirmada em juízo, pelo depoimento da testemunha Jaelson Manoel Teotônio às fls. 140. Além disso, outros



287

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Seção Criminal

três testemunhos prestados, sob o crivo do contraditório, indicam a efetiva participação do embargante no crime em comento.

Nesse sentido, vejamos a fundamentação do voto condutor do acórdão recorrido:

"Em consonância com os depoimentos testemunhais e com parte das declarações dos demais denunciados, o apelado Admilson Ferreira da Silva, confessou com riqueza de detalhes a prática do delito, às fls. 27/28. Aduziu que: foi o declarante que matou Damião, porque ele ameaçou o declarante, salientando que, os três Willians, Lola e ele declarante ficaram surrando Damião, com socos e pontapés, em seguida, quando Damião já estava deitado no chão, Willians pegou uma pedra grande e deu a primeira pedrada na cabeça de Damião, que ficou sem sentidos, em seguida tornou a pegar a pedra e deu ao declarante para o mesmo também desferir a segunda pedrada na cabeça de Damião, que terminou de matar; Que Lola apenas participou dos chutes (...) Após assassinar a vítima, confessa ainda que pegou a calça, vestiu e foi para casa. Neste ponto, destaco ainda que consta na representação policial de fls. 30/32, que na casa do apelado Admilson foi encontrada a calça jeans da marca WC-JEANS WEAX, pertencente a vítima.

Em juízo (...):

Josenildo Manoel Teotônio, às fls. 140, afirmou que: tomou conhecimento de que no nome de Admilson estava envolvido no fato, que reafirma as suas declarações, contidas em seu depoimento às fls. 20". Joelson Manoel Teotônio, também ratificou as declarações prestadas na fase inquisitiva, quando relembre-se, afirmou perante a autoridade policial que tomou conhecimento do crime através de Everaldo e Admilson, no dia seguinte. Em juízo, Jaelson confirmou novamente que a roupa de Admilson, ora apelado, estava suja de sangue, às fls. 140. José Odilon da Silva, às fls. 140, e Ivone Margarida da Conceição também mantiveram suas declarações, afirmando novamente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Seção Criminal

que tomaram conhecimento de que Adimilson participou do delito.'

O depoimento de JOELSON MANOEL TEOTÔNIO de fls. 21/22, confirmado em juízo, é precisamente do seguinte teor:

"que no dia seguinte, segunda feira, dia 29/09/2008, por volta das 06:00 horas da manhã, o declarante chegou na barraca de Biu de Mina, localizada no Engenho São João Novo, e encontrou LOLA e PI, bebendo em uma mesa, ocasião em que o declarante chegou com seu irmão JOSIVAN, e falaram com os dois, ficando sentados na mesa conversando: que, durante a conversa, LOLA e PI CONFESSARAM QUE NA NOITE ANTERIOR PRATICARAM UM HOMICÍDIO; DISSERAM QUE TINHAM MATADO UM HOMEM AQUI NA RUA, E QUE MATOU PARA ROUBAR A QUANTIA DE R\$ 110,00 (cento e dez reais); que, LOLA E PI disseram que o nome da vítima do homicídio era DAMIÃO que estava com a quantia em dinheiro acima citada e que os mesmos o mataram para roubar; que, no momento daquela confissão, LOLA e PI também afirmaram que houve a participação de WILLIAMS que pegou uma pedra e deu para LOLA desferir o golpe na cabeça de DAMIÃO; que, lembra o declarante que PI AINDA ESTAVA COM ROUPA MANCHADA DE SANGUE; que eles disseram também que no dia do fato, LOLA estava junto com PI e DAMIÃO bebendo no comício e depois foram para o posto, e, em seguida os três, LOLA, PI e WILLIAMS LEVAR DAMIÃO PARA A RUA DO LIXO, E FOI NAQUELE LOCAL QUE O ASSASSINARAM COM PEDRAS, PARA ROUBAR O DINHEIRO (...).

No caso em análise, estando a confissão extrajudicial, mesmo que retratada em juízo, corroborada por outros elementos de provas colhidas na fase instrutória, deve ser considerada, sendo portanto, correta a conclusão a que chegou o voto condutor no sentido da condenação do embargante.

Nessa esteira:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Seção Criminal

HABEAS CORPUS. ROUBO. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL. RETRATAÇÃO EM JUÍZO. CONDENAÇÃO COM BASE EM OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE CONFIRMARAM A CONVICÇÃO DO JULGADOR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não configura ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa a condenação baseada em confissão extrajudicial retratada em juízo, corroborada por depoimentos colhidos na fase instrutória.

2. Embora não se admita a prolação do édito condenatório com base em elementos de convicção exclusivamente colhidos durante o inquérito policial, tal situação não se verifica na hipótese, já que o magistrado singular e o Tribunal de origem apoiaram-se também em elementos de prova colhidos no âmbito do devido processo legal. (HC 115255/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/05/2010, DJe 09/08/2010).

Na mesma linha de raciocínio, também, foram as ponderações da Exma. Procuradora de Justiça, em seu parecer (fls. 269/272), quando enfatizou:

"(...) A confissão extrajudicial do Embargante, por sua vez, apresenta-se em consonância com os depoimentos testemunhas e com parte das declarações dos demais denunciados, o que também foi devidamente ressaltado no voto condutor.

Neste ponto, o Desembargador Revisor ressaltou, também, que o Recorrente declarou que após ter assassinado a vítima, pegou a calça da mesma, vestiu e foi para casa (fls. 203). Corroborando a declaração, a calça da vítima foi encontrada na casa do Recorrente (fls. 30/32)."

Sendo assim, meu voto é no sentido REJEITAR os presentes embargos infringentes e de nulidade, fazendo prevalecer o conteúdo do voto condutor, mantendo-se, na íntegra, o acórdão embargado.

É COMO VOTO.

Recife, 3 de julho de 2013.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

290

Embargos Infringentes nº: 0000187-56.2010.8.17.1150 (0255650-9)
Comarca: Pombos
Juízo: Vara Única
Embargante: Admilson Ferreira da Silva
Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procuradora de Justiça: Eleonora de Souza Luna
Órgão Julgador: Seção Criminal
Relator: Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de recurso de embargos infringentes opostos por **Admilson Ferreira da Silva** no qual requer a prevalência do voto divergente, proferido pelo Des. Relator Antônio Carlos Alves da Silva, no acórdão da apelação interposta pelo *Parquet*, que mantém a decisão absolutória proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Pombos.

Em sua argumentação, o Embargante enfatiza que não há nos autos um conjunto probatório suficientemente robusto para sustentar a condenação do réu, eis que as testemunhas seriam todas de "ouvir dizer" e a confissão extrajudicial prestada pelo acusado na delegacia foi rechaçada em Juízo.

Em que pese as considerações expendidas, verifico que não merece amparo tal argumento, uma vez que o acórdão vergastado lastreou-se em diversos indícios presentes nos autos, conforme demonstro a seguir.

Narra a denúncia que na noite de 28.09.08, o embargante, conhecido pela alcunha de "PI", em comunhão de desígnios com Everaldo Amaro dos Santos (Lola) e Willians Manoel da Silva (Wile), atraíram a vítima, Damião Odilon da Silva, a terreno baldio localizado no loteamento São Gustavo, no Município de Pombos, roubaram seus pertences e ceifaram sua vida.

Em relação aos indícios de autoria, inicialmente cumpre salientar que o depoimento judicial prestado pelo Embargante, às fls. 140/141, não foi capaz de infirmar a confissão havida em sede inquisitorial (fls. 18/19), haja vista que no cotejo com os depoimentos prestados pelas demais testemunhas emerge que a alegação de que não havia estado com a vítima no dia dos fatos é falsa.

Com efeito, a testemunha Josenildo Manoel Teotônio, às fls. 11, em sede policial, e às fls. 140/141, na seara judicial, afirma que no dia anterior ao crime o embargante e Everaldo disseram-lhe que "iriam sair com Damião no domingo, dia 29.09.08".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

O acusado Willians Manoel da Silva, às fls. 14/15, confirma que na noite do crime estava na companhia da vítima, bebendo no "Posto de Nelson", quando o embargante e Everaldo aproximaram-se e atraíram-na para a emboscada que culminaria com a sua morte. O acusado Everaldo, por sua vez, às fls. 16/17, também confirmou que esteve na companhia da vítima, de Willians e do embargante na noite do crime, porém afirma que o homicídio teve como autores os demais acusados e que apenas foi testemunha ocular.

Willians e Everaldo trocam acusações a respeito da autoria do crime, porém são uníssomos em afirmar dois pontos: que os três acusados e a vítima estiveram juntos na fatídica noite e que um dos autores do homicídio foi Adimilson, ora embargante.

A testemunha Jaelson Manoel Teotônio, em depoimento prestado na seara policial, às fls. 12/13, e confirmado em Juízo às fls. 140/141, afirmou que encontrou o Embargante, juntamente com o acusado Everaldo, por volta das 6 horas da manhã do dia seguinte ao do delito, ocasião em que eles confessaram a prática do crime na noite anterior, bem como que a motivação teria sido roubar a quantia de R\$ 110,00 (cento e dez reais) pertencentes à vítima. Afirmou, ademais, que o Embargante, a esta altura, ainda se encontrava com as roupas manchadas de sangue.

A confissão extrajudicial do embargante, em que afirma que após assassinar a vítima, retirou sua calça e vestiu, se mostrou harmônica com as demais provas dos autos, sobretudo porque foi corroborada pela informação contida nos autos, prestada pelo Delegado de Polícia, às fls. 30/32, de que a vestimenta foi encontrada na residência do acusado.

Neste aspecto, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é plenamente possível a condenação baseada em confissão extrajudicial retratada em Juízo, desde que corroborada por outros elementos colhidos na fase instrutória, sendo exatamente esse o caso dos autos.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO (ARTIGO 180, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL). ALEGAÇÃO DE FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DO PACIENTE. PEÇA INAUGURAL QUE ATENDE AOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS E DESCREVE CRIME EM TESE. AMPLA DEFESA GARANTIDA. INÉPCIA NÃO EVIDENCIADA.(...)
APONTADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. DESPACHO ORDINATÓRIO. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO.MÁCULA NÃO CARACTERIZADA.(...)
CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL. RETRATAÇÃO EM JUÍZO. CONDENAÇÃO COM BASE EM OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE CONFIRMARAM A CONVICÇÃO DO JULGADOR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.
1. Não configura ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa a condenação baseada em confissão extrajudicial retratada em juízo e



291

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

em depoimento informal que culminou com a prisão em flagrante do paciente e de outro corréu, corroborados por depoimentos colhidos na fase instrutória.

2. Embora não se admita a prolação do édito condenatório com base em elementos de convicção exclusivamente colhidos durante o inquérito policial, tal situação não se verifica na hipótese, já que o magistrado singular e o Tribunal de origem apoiaram-se também no conjunto probatório reunido no âmbito do devido processo legal.

INDIGITADA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO. PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. EXISTÊNCIA DE PROVAS A FUNDAMENTAR O ÉDITO REPRESSIVO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DEMATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT.(...)

2. Ordem denegada.

(STJ - HC 146.603/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 04/08/2011, DJe 25/08/2011)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, I E IV, CP). CONDENAÇÃO. DEPOIMENTO EXTRAJUDICIAL DO CORRÉU, RETRATADO EM JUÍZO. RATIFICAÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS, COLHIDOS JUDICIALMENTE. POSSIBILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. CONSIDERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS AO RÉU. AUSÊNCIA DE ABUSO OU FLAGRANTE ILEGALIDADE NA FIXAÇÃO DA PENA. NOVA DOSIMETRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I. A retratação de confissão extrajudicial, do corréu, em Juízo, por si só, não tem o condão de retirar o valor de seus depoimentos extrajudiciais, notadamente se estes são compatíveis com depoimentos testemunhais, colhidos à luz do contraditório, como esclarece o acórdão de 2º Grau.

II. Consoante a jurisprudência do STJ, "não configura ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa a condenação baseada em confissão extrajudicial retratada em juízo, corroborada por depoimentos colhidos na fase instrutória. Embora não se admita a prolação do édito condenatório com base em elementos de convicção exclusivamente colhidos durante o inquérito policial, tal situação não se verifica na hipótese, já que o magistrado singular e o Tribunal de origem apoiaram-se também em elementos de prova colhidos no âmbito do devido processo legal" (STJ, HC 115.255/MS, Rel. Ministro JORGEMUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 09/08/2010).

(...)

VI. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 277.963/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Sexta Turma, julgado em 16/04/2013, DJe 07/05/2013)

Desse modo, resta claro que a condenação do recorrente não foi pautada, exclusivamente, na sua confissão extrajudicial retratada em Juízo e em testemunhos de "ouvir dizer", uma vez que tais provas não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

ficaram isoladas nos autos, estando suficientemente comprovada, pelo conjunto probatório como um todo, sua responsabilidade penal.

Isto posto, **voto pelo não acolhimento dos embargos infringentes e de nulidade** para que seja mantido o voto vencedor e, conseqüentemente, o acórdão vergastado.

É como voto.

Recife, 08 de julho de 2014

Des. Fausto Campos
Revisor

